



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2012 (Do Sr. Vanderlei Macris)

Solicita sejam convidados o Presidente do BNDES, os representantes e ex-representantes da empresa Delta Construções S/A e representante da holding J&F, controladora do Frigorífico JBS-Friboi, para esclarecerem o negócio jurídico realizado entre essas duas empresas.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 58, § 2º da Constituição Federal, e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a adoção de providências necessárias no sentido de que sejam convidados a comparecer a esta Comissão, em data e hora a serem agendadas, o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); o Sr. Joesley Batista, Presidente do Frigorífico JBS-Friboi; o Senhor Fernando Cavendish, ex-presidente da empresa Delta Construções S/A; e o Senhor Carlos Alberto Verdini, Presidente da Delta Construções S/A para prestar esclarecimentos acerca do negócio jurídico estabelecido entre a empresa Delta Construções S/A e a holding J&F Participações, controladora do Frigorífico JBS-Friboi, e a participação do Governo Federal e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nesta negociação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

É de conhecimento público que a holding “J&F Participações”, controladora da “JBS”, processadora de carne bovina e neófito no setor de construção, assumiu o controle da empresa Delta Construções S/A, a principal empreiteira responsável pelas obras do PAC. Importante ressaltar que esta empreiteira está sob suspeita de participação nas atividades de um grupo criminoso possivelmente comandado pelo contraventor Carlos Augusto Ramos, vulgo Carlinhos Cachoeira, cujas práticas ilícitas estão sendo investigadas na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar das operações “Vegas” e “Monte Carlo”, da Polícia Federal – CPMIVEGAS.

O fato de ser a principal executora do PAC e de ter um portfólio de R\$ 4 bilhões em quase duas centenas de obras públicas já contratadas pelo Governo Federal, por si só, já seria razão suficiente para que o negócio acima indicado pudesse despertar o interesse desta Comissão. No entanto, no caso em exame, além dessas circunstâncias, sabe-se ainda que a JBS tem entre seus maiores acionistas o Banco Nacional do Desenvolvimento e Social – BNDES, que seria detentor de 31,4% do capital da empresa. Vejamos, abaixo, o quadro societário de da controladora do grupo econômico que assumiu a empresa Delta Construções S/A:

Acionistas	Nº de Ações	%
Acionista Controlador (FB Participações SA e outros)	1.390.855.013	46,93%
Ações em circulação		
- <i>BNDES Participações S.A. - BNDESPAR</i>	931.069.588	31,41%
- <i>Minoritários</i>	641.999.695	21,66%
Total das ações em circulação	1.573.069.283	53,07%
TOTAL	2.963.924.296	100,00%

Fonte:

http://jbs.riweb.com.br/JBS/Show.aspx?id_canal=9F50ER196HqvFi5abMkVCw

Vale destacar que a origem dos recursos aplicados pelo BNDES é eminentemente pública, pois são provenientes do Fundo de Amparo do Trabalhador, que recebe as contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

do programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), sendo importante esclarecer que, a partir de 2008/2009, o Tesouro Nacional passou a fazer, também, sob a forma de empréstimos, grandes aportes de capital ao Banco. Esses aportes, entre os anos de 2008 e 2012, atingiram mais de R\$ 230 bilhões e foram viabilizados pela colocação de Títulos Públicos, ou seja, pelo aumento da dívida pública federal. Além dos aportes, o Governo passou a subvencionar, diretamente, com recursos dos impostos pagos pela população, parte importante dos empréstimos feitos pelo BNDES ao setor privado. Registre-se que a Medida Provisória nº 564, de abril de 2012, inclusive elevou, de R\$ 209 bilhões para R\$ 227 bilhões, o valor de empréstimos do Banco que podem ser subvencionados pela União.

Assim, ainda que se trate de um negócio *a priori* privado, as circunstâncias em envolvem a transferência de controle da empresa Delta Construções, o montante de contratos firmados com a União e, especialmente, a participação do BNDES, empresa pública federal vinculada ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, justificam a atuação fiscalizadora desta Casa e desta Comissão.

Aliás, no que se refere à participação pública nesta operação, é importante destacar que o conselheiro da JBS-Friboi José Batista Júnior, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, veiculada no dia 11 de maio de 2012, afirmou, textualmente, que obteve aval do Governo Federal para a realização do negócio. Vejamos a notícia:

Governo deu aval a negócio com Delta, diz empresário

Para dono da JBS, objetivo é "salvar" construtora e evitar paralisação de obras

Possibilidade de empreiteira ser declarada inidônea é "conversa de gente que não sabe nada"

CATIA SEABRA
DE BRASÍLIA

O empresário José Batista Júnior, um dos controladores do frigorífico JBS, disse ontem que o governo foi consultado e deu aval à decisão de sua família de comprar a construtora Delta para impedir a paralisação de suas obras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"O governo quer que salve a companhia e dê continuidade às obras. Não quer que quebre a empresa", disse o empresário, o primogênito da família Batista.

Júnior, como ele é mais conhecido, presidiu a JBS por 25 anos e é conselheiro da J&F, a holding familiar que controla a JBS e anunciou nesta semana que assumirá o controle da Delta.

O empresário chamou de "conversa de bêbado, de louco" a versão de que a holding teria negociado a compra sem consentimento do governo Dilma Rousseff.

"Imagina que o doutor Henrique Meirelles [ex-presidente do Banco Central e presidente do Conselho de Administração da holding] vai fazer um negócio que o governo não quer! 99% da carteira da Delta é com governo federal, estadual, municipal. Como vai fazer um negócio desses?", afirmou ele.

E acrescentou: "Zero chance de fazermos uma loucura dessas. Como comprar uma empresa sem contrato? Ninguém compra".

O discurso de Júnior contraria a informação de interlocutores de Dilma de que ela desaprova a operação. Afronta ainda manifestação oficial da J&F descartando prévia consulta ao governo.

"A J&F não procurou o governo. E não haveria por que, pois se trata de uma operação privada, não política. A empresa vai continuar concorrendo nas licitações, conforme a lei 8.666", disse ontem a assessoria da holding.

A construtora Delta enfrenta dificuldades por causa de seu envolvimento com o empresário Carlinhos Cachoeira, que foi preso em fevereiro e é acusado de comandar um esquema de corrupção. Investigações conduzidas pela Polícia Federal sugerem que o grupo de Cachoeira defendeu interesses da empresa e a ajudou a obter contratos em vários Estados.

Embora integrantes do governo digam que essa é a tendência, Júnior disse duvidar da possibilidade de a Delta ser declarada inidônea, o que esvaziaria o atrativo comercial da empreiteira que mais recebe verbas orçamentárias do Executivo desde 2007.

"Isso é conversa de gente que não sabe nada. Viu alguém falar isso no governo? Você sabe que tem muitas construtoras querendo comprar a Delta."

CONFIANÇA

Questionado sobre os contatos entre seu irmão caçula, o atual presidente do grupo, Joesley Batista, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, Júnior disse que Meirelles foi quem conduziu a negociação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

"A JBS é uma empresa em que o governo brasileiro confia, a J&F. É o governo brasileiro. Não é o Guido Mantega. Todos os ministérios, todos os órgãos federais, confiam no que estamos fazendo."

Com o sonho de se eleger governador de Goiás, Júnior filiou-se em julho do ano passado ao PSB. Nos primeiros meses do ano, chefiou a agência de promoção do governo de Marconi Perillo, do PSDB, um dos políticos cujo relacionamento com Cachoeira foi exposto pelas investigações da Polícia Federal.

Em 2006, conversas gravadas pela polícia durante uma investigação sobre prática de cartel entre frigoríficos minaram o plano de Júnior de concorrer ao governo.

Questionado se a operação de compra pode atrapalhar seus projetos políticos, afirmou que, "ao salvar obras do PAC, a JBS dá uma demonstração de responsabilidade". Ele disse não conhecer Carlinhos Cachoeira.

Ademais, além dos elementos já descritos, também não se pode deixar de lado que a Delta Construções, atualmente, é objeto de procedimento administrativo na Controladoria Geral da União com vista a aferir sua relação com o Poder Público, ante a suspeita de irregularidades nas licitações e execução dos contratos, com fulcro a verificar a idoneidade da mesma, com possibilidades, inclusive, de ser declarada inidônea para contratar com o Poder Público.

Os fatos foram amplamente noticiados na imprensa nacional, como se observa das reportagens publicadas no jornal "Valor Econômico", em 10.05.2012, abaixo transcritas:

"Em negócio inusual, J&F vai gerir Delta sem pagar nada

Em um dos mais intrigantes negócios do ano, a construtora Delta - que ocupa papel central na CPI sobre o contraventor Carlos Cachoeira e vê um portfólio de R\$ 4 bilhões em obras públicas ruir com as denúncias - terá sua gestão transferida a um novo grupo que não gastará um centavo para assumir seu controle. A holding J&F Participações, controladora da JBS, processadora de carne bovina e neófito no setor de construção, passará a dirigir a empresa na próxima segunda-feira, sob condicionantes. A JBS tem o BNDES como um de seus maiores acionistas, com 31,4% do capital"

"J&F assume a Delta sem desembolso

Por Cristiano Romero, Ivo Ribeiro e Fábio Pupo | De São Paulo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foi selado ontem o destino da carioca Delta Construções, empresa acusada de envolvimento nos escândalos de corrupção que têm como pivô o bicheiro Carlinhos Cachoeira, além do senador Demóstenes Torres (ex-DEM). A holding J&F Participações, controladora da processadora de carne bovina JBS, assumirá a gestão da construtora na próxima segunda-feira e deve indicar hoje um novo presidente executivo para o seu comando.

Segundo fontes do grupo, o governo federal foi consultado sobre o negócio e "não se manifestou contra". "O governo não nos pediu nada, mas não se faz um negócio desse sem consultar Brasília", disse um executivo da J&F. O governo é, indiretamente, sócio da J&F, uma vez que o BNDESPar, o braço de participações acionárias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), detém 31,4% das ações do JBS.

A J&F, da família Batista, com receita anual superior a R\$ 55 bilhões, não desembolsou um centavo para assumir a gestão da Delta. Vai contratar nos próximos dias uma empresa de auditoria para verificar as contas e os contratos da construtora. Ao fim desse processo ou mesmo durante, decidirá se comprará ou não a companhia. Uma fonte estima que, se comprasse a empresa hoje, portanto, antes da auditoria, a J&F pagaria pouco menos de R\$ 1 bilhão pelo negócio.

Pelo acordo fechado ontem, se decidir ficar com a Delta, a J&F honrará o pagamento da companhia com dividendos da própria construtora, gerados a partir da gestão que começará na segunda-feira. De acordo com a J&F, a Delta tem R\$ 900 milhões em recebíveis, um portfólio de R\$ 4 bilhões em quase duas centenas de obras públicas já contratadas e patrimônio líquido de R\$ 1 bilhão.

Os novos gestores não estão preocupados, segundo assegurou um integrante do grupo ao Valor, com a possibilidade de o governo federal declarar a inidoneidade da Delta, por causa de seu suposto envolvimento em irregularidades. "Uma grande construtora brasileira passou dez anos como inidônea. Foi à Justiça e, ao fim desse prazo, ganhou a causa", lembrou uma fonte.

"Na pior das hipóteses, devolve-se a empresa", disse a mesma fonte, referindo-se à possibilidade de a auditoria encontrar problemas legais na Delta. Em comunicado divulgado na tarde de ontem, a J&F informou que contratou a consultoria KPMG para conduzir um "rígido processo de auditoria".

A Delta tem como principal acionista o empresário Fernando Cavendish, dono de cerca de 80% do capital. Na semana passada, ele deixou a presidência da construtora, pressionado pelas denúncias de envolvimento com Cachoeira.

Fundada há 50 anos e com faturamento em torno de R\$ 4 bilhões, a Delta detém centenas de contratos, a maioria de obras públicas, com



CÂMARA DOS DEPUTADOS

governos estaduais, a União e estatais, como a Petrobras (refinarias do Comperj e Reduc), além de obras relacionadas à Copa de 2014 (reforma do estádio do Maracanã) e da Olimpíada de 2016 (construção da Transcarioca, corredor viário que ligará o bairro da Barra da Tijuca ao aeroporto do Galeão, projeto do qual se retirou em meio aos escândalos).

O leque de atuação da Delta inclui obras de infraestrutura urbana, saneamento e incorporação. Segundo o último anuário da revista "O Empreiteiro", com números de 2010, somente 1% do faturamento da Delta Construções é oriundo do setor privado. Na lista das maiores construtoras do país, em receita, ela fica na sétima posição - atrás de Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS e Galvão Engenharia.

A J&F informou que a auditoria sobre os ativos e contratos da Delta é que vai fixar o valor da empresa, servindo como base de cálculo para a opção de compra da holding. "Caso exercida, a opção de compra prevê que os recursos provenientes da distribuição dos dividendos futuros da própria Delta serão utilizados no pagamento dos ativos da empresa", informa a nota, ressaltando que não usará recursos próprios ou de terceiros para a operação.

O grupo não divulgou quanto do capital da Delta poderá ser comprado, nem de quem são as ações a serem adquiridas. A construtora, por sua vez, não divulga qual é sua composição acionária.

Pelo acordo firmado, a J&F poderá substituir todos os atuais gestores da Delta - presidente, diretores e membros do conselho de administração -, implantando um gestão profissional na empresa. Mas o contrato preliminar firmado ontem fica condicionado aos resultados da auditoria interna e que o mesmo exime os novos gestores de responsabilidades em relação aos contratos em vigor até a conclusão da auditoria.

"Nosso objetivo é honrar os contratos que serão auditados e preservar os mais de 30 mil empregos da Delta", disse Joesley Batista, acionista da J&F, no comunicado. A holding, além do JBS, está presente em negócios de celulose e papel (Eldorado), alimentos (Vigor), higiene e limpeza (Flora) e concessão de crédito ao agronegócio (Banco Original).

O novo negócio marca a entrada da J&F no setor de infraestrutura. "Consolida a presença da holding em áreas dinâmicas da economia brasileira, fundamentais para o desenvolvimento econômico do país", afirmou Henrique Meirelles, presidente do conselho consultivo da J&F, na nota.

O grupo esclareceu também que Meirelles, ex-presidente do Banco Central no governo Lula, "não terá nenhum cargo ou função na gestão da empresa de construção".



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O grupo Galvão, holding que controla a Galvão Engenharia, negou ontem que esteja entre os sócios da Delta. "O Grupo Galvão, suas empresas, executivos e acionistas não possuem nenhum vínculo societário, estratégico ou operacional com a Delta Construções, resumindo seu relacionamento a eventuais participações em consórcios de obras, assim como faz com outras empresas do setor", informa comunicado do grupo."

10/05/2012

“Planalto nega consulta e desaprova compra

Por Claudia Safatle e André Borges | De Brasília

O Palácio do Planalto não foi consultado e não aprova a compra da Delta Construções pela J&F, holding que controla o frigorífico JBS, maior empresa processadora de alimentos de origem animal. A Delta está no centro das denúncias de corrupção no esquema de Carlinhos Cachoeira e é responsável por diversas obras do PAC.

A expectativa da Presidência da República é de que nos próximos dias a Delta seja declarada "inidônea" pela Controladoria-Geral da União (CGU). Como tal, ela perderá todos os contratos com a administração pública federal.

"O governo é contra. Eles [J&F] vão pegar um mico!", disse ontem graduado assessor da presidente Dilma Rousseff. "Imagine! Logo ficaria para a sociedade que a empreiteira da CPI foi salva pelo governo com dinheiro do BNDES ", comentou.

Mesmo que assuma a administração da Delta, a J&F não herdará a carteira de projetos da empreiteira, explicou a fonte, pois decretada inidônea, a empresa perderá todos os contratos firmados com o setor público federal. Isso inviabilizaria a intenção da holding J&F de entrar na área da construção. Acredita-se, portanto, que esse negócio pode não se concretizar, avaliou o assessor.

Ontem a J&F divulgou comunicado informando que vai assumir, na próxima semana, a gestão da Delta (ver reportagem nesta página).

Ao mesmo tempo, a estratégia do Palácio do Planalto para substituir a Delta nos contratos com a administração pública tem três possibilidades. Primeiro, serão chamadas para tocar



CÂMARA DOS DEPUTADOS

as obras as segundas colocadas nas licitações. Se essas empresas não tiverem mais interesse, serão feitas novas licitações. Se no rol das obras a cargo da Delta tiver projetos prioritários e com prazos exíguos de conclusão (para a Copa, por exemplo), a engenharia do Exército deverá ser convocada para concluí-las.

Em 23 de abril portaria da CGU instaurou processo administrativo contra a Delta, empresa que teve crescimento notável nos últimos anos, mediante contratos federais. Pela portaria, a controladoria decidiu investigar "os atos ilícitos supostamente por ela praticados em suas relações com a administração pública federal - especialmente com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit)".

Atualmente, a Delta tem 99 contratos ativos com o Dnit que, juntos, somam R\$ 2,5 bilhões e geraram, em aditivos já aprovados, R\$ 172,5 milhões. Do total desses contratos de duplicação, construção e manutenção de rodovias federais, R\$ 1,4 bilhão já foi pago à empreiteira. Entre 1996 e 2011, o Dnit desembolsou R\$ 1,59 bilhão à construtora.

Ontem o ministro dos Transportes, Paulo Passos, também disse que o governo não teve participação nas negociações entre a J&F e a Delta. Passos informou que o ministério fiscaliza obras tocadas pela empreiteira e que, até o momento, os contratos não são objeto de sanção. "Esse entendimento se dá na iniciativa privada e o governo não tem que se intrometer na relação", disse Passos.

O PPS vai apresentar hoje pedido de audiência pública para debater a compra da empreiteira. O líder do PPS na Câmara, deputado federal Rubens Bueno (PR), quer ouvir o ex-presidente do Banco Central e atual presidente do conselho de administração da holding J&F, que controla o frigorífico JBS, Henrique Meirelles; o novo presidente da Delta, Carlos Alberto Verdini; e o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Bueno considera a operação suspeita e diz que, como o governo detém mais de 30% das ações da JBS, a Câmara precisa acompanhar de perto os detalhes do negócio e confirmar se haverá envolvimento de dinheiro público no acordo."

10/05/2012



CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Inidoneidade vale para União, Estados e municípios

Por Bárbara Pombo | De São Paulo

A declaração de inidoneidade vale para todos os entes da administração pública, de acordo com advogados especialistas em direito administrativo consultados pelo Valor. Dessa maneira, uma eventual manifestação da CGU sobre a inidoneidade da Delta poderá ter impacto não apenas nos contratos federais do PAC como também naqueles firmados entre a empreiteira e os Estados. Pela Lei de licitações, a empresa precisa reunir requisitos básicos - como idoneidade - para contratar com os órgãos públicos e manter as condições de habilitação durante a execução do contrato. "Se a empresa é ruim para a União não pode ser boa para Estados e municípios", diz o mestre em Direito do Estado, Rodrigo Matheus, do Matheus Advogados.

O efeito prático do descumprimento dos requisitos, diz Bruno Aurélio, sócio do escritório Cascione, Pulino, Boullos & Santos Advogados, seria a impossibilidade da empresa contratar com qualquer órgão da administração pública. "A declaração de inidoneidade é a punição máxima prevista na lei e, regra geral, vale para todos os contratantes", afirma.

A grande controvérsia é sobre os efeitos da sanção em contratos vigentes. Há espaço para disputas judiciais já que os tribunais ainda não têm posicionamento consolidado.

O Superior Tribunal de Justiça, contudo, decidiu a favor da irretroatividade. Em julgamento considerado emblemático por advogados, os ministros decidiram que a aplicação da inidoneidade não tem efeito automático nos contratos vigentes, somente nos futuros. Na mesma decisão, de dezembro de 2008, ponderaram que cada órgão público pode rescindir seus contratos. Teriam como argumento que a empresa perdeu a condição prevista em lei para ser contratada. O rompimento, no entanto, não poderia ser imediato, segundo advogados. Cada Estado teria que abrir processo administrativo para pedir a rescisão."

Diante deste contexto, não há dúvida que são inúmeros os fatos a serem esclarecidos pelo Governo Federal sobre a negociação aqui em destaque, pois a relação público-privada não está, neste caso, obedecendo aquilo que ordinariamente ocorrer, notadamente no aspecto concernente à transparência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As denúncias são graves e dizem respeito diretamente a bens e interesses de relevância nacional. A confirmarem-se os fatos acima indicados pode-se estar diante de infrações gravíssimas a demandar providências enérgicas das autoridades constituídas.

As denúncias estão claramente compreendidas o âmbito da atuação fiscalizadora desta Casa de Leis e desta Comissão. A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, prevê a competência do Congresso Nacional para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

No mesmo sentido, o art. 70 da Constituição Federal determina que “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”.

Destarte, a audiência ora requerida é fundamental para que possamos exercer tal mister constitucional e esclarecer à sociedade os fatos acima alinhavados.

Sala das Sessões,

de 2012.

Vanderlei Macris
PSDB-SP